



DISSONÂNCIA

Revista de Teoria Crítica

ISSN: 2594-5025

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Universidade Estadual de Campinas

www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/teoriacritica

Título O fracasso da Nova Esquerda?

Autor(a) Herbert Marcuse

Tradutor(a) Ricardo Lira

Fonte Dossiê Herbert Marcuse, Parte 2 (*Dissonância: Revista de Teoria Crítica*, volume 2, número 1. 2, junho de 2018)

Como citar este artigo:

Marcuse, H. “O fracasso da Nova Esquerda?”. Trad. Ricardo Lira. *Dossiê Herbert Marcuse, Parte 2 (Dissonância: Revista de Teoria Crítica*, v. 2, n. 1. 2), p. 175-189, junho de 2018.

O FRACASSO DA NOVA ESQUERDA? (1979)*

Herbert Marcuse

Tradução de Ricardo Lira

Antes de discutir as razões para o fracasso da Nova Esquerda, devemos abordar duas questões: primeiro, quem e o que é essa Nova Esquerda e, segundo, se ela de fato fracassou.

Para começar, faço alguns comentários sobre a primeira questão. A Nova Esquerda consiste em grupos políticos situados à esquerda dos partidos comunistas tradicionais; eles não possuem ainda novas formas organizacionais, não possuem uma base de massas e estão isolados da classe trabalhadora, especialmente nos Estados Unidos. Os fortes momentos libertários e anti-autoritários que originalmente definiram a Nova Esquerda desapareceram nesse meio tempo ou se renderam a um novo “autoritarismo de grupo”. No entanto, aquilo que distingue e que caracteriza essencialmente esse movimento é o fato de que ele redefiniu o conceito de revolução, trazendo-lhe as novas possibilidades de liberdade e novos potenciais para o desenvolvimento do socialismo que foram criados (e imediatamente capturados) pelo capitalismo avançado. Como resultado desses desenvolvimentos, novas dimensões da mudança

* Esta é uma versão expandida de uma conferência proferida em abril de 1975 na Universidade da Califórnia, Irvine. Uma versão alemã foi publicada em *Zeit-Messungen* (Frankfurt/Main: Suhrkamp, 1975). [N.T.]

social surgiram. A mudança não se define mais apenas como revolta política e econômica, como o estabelecimento de um modo de produção distinto e de novas instituições, mas também e sobretudo como uma revolução na estrutura prevaiente das necessidades e da possibilidade de satisfazê-las.

Esse conceito de revolução foi parte da teoria marxiana desde o início: socialismo é uma sociedade qualitativamente distinta, na qual a relação entre as pessoas, bem como a relação entre seres humanos e natureza é fundamentalmente transformada. Pressionados pelo poder econômico do capitalismo, entretanto, e forçados a coexistirem, os países socialistas parecem ter sido condenados ao longo do tempo a uma ênfase quase exclusiva no desenvolvimento dos meios de produção, na expansão do setor produtivo da economia. Essa prioridade perpetuou necessariamente *a submissão do indivíduo às exigências de seu trabalho* (uma submissão que, sob certas circunstâncias, pode ser “democrática” e pode significar uma forma de produção mais racional e mais eficiente, bem como uma distribuição de bens mais igualitária).

A premissa de que um excedente de bens materiais é pré-condição para o socialismo significa adiar a transformação revolucionária da sociedade até o dia do juízo final *ou* abrigar a esperança não-dialética de que uma nova qualidade de vida social e interação emergirão como subproduto do crescimento quantitativo da economia. O surgimento da Nova Esquerda na década de 1960 desafiou vigorosamente esse conceito de socialismo e as estratégias que ele envolvia. Uma mudança gradativa no ponto focal da revolta surgiu da experiência de contradição entre a esmagadora produtividade do capitalismo monopolista por um lado e, por outro, da impotência do grande aparato socialista e comunista para transformá-la em produtividade da revolução.

O movimento mobilizou e organizou forças que as tradições da teoria e prática marxista haviam ignorado em larga medida até então. Ele representou uma tentativa de totalizar a oposição – em contraofensiva à totalização da repressão e exploração no capitalismo monopolista. À medida que a manipulação das necessidades pelo aparato do poder capitalista se tornou mais evidente e abrangente, revolucionar essas necessidades nos indivíduos que reproduzem o *status quo* pareceu cada vez mais vital: rebelião e mudança na existência humana tanto na esfera da produção quanto na esfera reprodutiva, na infraestrutura e na “superestrutura”. O movimento assumiu a forma, então, de uma revolução cultural desde o começo; concebeu a revolução do século XX como aquela na qual não apenas as demandas políticas e econômicas, mas também outros desejos e esperanças seriam radicalmente articulados: o desejo por um novo sentido moral, por um ambiente mais humano, por uma completa “emancipação dos sentidos” (Marx), em outras palavras, uma liberação dos sentidos da compulsão de perceber pessoas e coisas meramente como objetos de troca. “Poder para a imaginação!” A Nova Esquerda estava preocupada com a emancipação da imaginação das restrições da razão instrumental. Em oposição à aliança entre realismo e conformidade, as forças da Nova Esquerda criaram o *slogan*: “Sejamos realistas, exijamos o impossível.” Foi aí que se originou o forte componente estético do movimento: a arte era vista como uma força produtiva emancipadora, como a experiência de outra (e comumente reprimida) realidade.

Será que tudo isso não passou de expressão de romantismo, ou até de elitismo? De modo nenhum. A Nova Esquerda estava simplesmente à frente das condições objetivas, na medida em que articulava metas e desafios substantivos tornados possíveis pelo capitalismo avançado, mas que haviam sido canalizados e suprimidos

até então. Essa intuição e conceito foram ilustrados como estratégia: há uma conexão interna entre a luta da Nova Esquerda contra formas antiquadas de oposição e as tendências oposicionistas da luta de classes que ganharam espaço dentro da própria classe operária: autonomia versus organização autoritário-burocrática. Desde os anos 1960, a ocupação de fábricas bem como concepções de autodeterminação na produção e distribuição se tornaram novamente significativos.

Chegamos agora ao segundo ponto sobre a questão se a Nova Esquerda realmente fracassou. Tal questão tem que ser respondida em vários níveis diferentes. Em parte, o movimento foi cooptado ou abertamente suprimido pelo *establishment*; em parte, ele se destruiu a si mesmo por não ter conseguido desenvolver quaisquer formas organizacionais adequadas e ter permitido que divisões internas crescessem e se espalhassem, um fenômeno ligado ao anti-intelectualismo, a um anarquismo politicamente impotente e a uma arrogância narcísica.

A supressão do movimento pelas estruturas de poder existentes assumiu várias formas. Essa supressão era violenta, mas também, por assim dizer, “normal”: mecanismos infalíveis de controle científico, “listas negras”, discriminação no local de trabalho, um exército de espões e informantes – todas essas coisas foram montadas e mobilizadas como instrumentos de repressão, e sua eficácia foi reforçada pelo isolamento continuado da esquerda do resto da população.

Esse isolamento tem suas raízes na estrutura social do capitalismo monopolista avançado, uma estrutura que há muito tempo integra grande parte da classe trabalhadora ao sistema. É claro que a dominação dos sindicatos politicamente antirrevolucionários e dos partidos reformistas dos trabalhadores apresenta um problema

adicional. Tais tendências e problemas refletem a estabilidade relativa do capitalismo fundada no neocolonialismo e neo-imperialismo e sua enorme concentração de poder econômico e político.

Por causa da enorme concentração de poder que consiste a totalidade capitalista, as revoltas contra o sistema foram necessariamente realizadas e encampadas por grupos minoritários que existem fora ou nas margens do processo de produção material. Nesse contexto, pode-se de fato falar de grupos “privilegiados”, de uma “elite” e talvez de uma “vanguarda”. Por outro lado, foram justamente esses privilégios – a distância ou a falta de integração ao processo de produção – que aceleraram o desenvolvimento de uma consciência política radical, que transformou a experiência da alienação em uma rebelião contra a obsolescência da cultura material e intelectual existente.

É claro que por essa mesma razão a revolta não foi completamente bem-sucedida; as contra-culturas criadas pela Nova Esquerda destruíram a si mesmas quando perderam o seu ímpeto político em favor de uma retirada a uma espécie de liberação privada (a cultura de drogas, a conversão para cultos a gurus e outras seitas pseudo religiosas), de um anti-autoritarismo abstrato e um desprezo por uma teoria diretiva da práxis, da ritualização e fetichização do marxismo. Uma desilusão e resignação prematuras se expressaram em diversas formas de abstenção.

A insistência da Nova Esquerda na subversão da experiência e da consciência individual, na revolução radical do sistema de necessidades e recompensas, em suma, sua demanda persistente por uma nova subjetividade dá à psicologia um significado político decisivo. Os controles sociais manipulativos que agora mobilizam até mesmo o inconsciente para a manutenção do *status quo* fazem da psicanálise objeto de extremo interesse mais uma vez. Apenas a

liberação de impulsos reprimidos e sublimados pode destruir o sistema estabelecido de desejos e necessidades no indivíduo e criar um lugar para o desejo de liberdade. É claro que o mero reconhecimento e validação desses impulsos não pode cumprir essa função; o processo de liberação deve conduzir à crítica, à autocrítica das necessidades em reação aos desejos internalizados e manipulados socialmente; tais desejos e necessidades internalizados continuam a agir como barreiras à liberação, pois sua satisfação garante a reprodução repressiva do mundo da mercadoria. É a análise crítica das necessidades que constitui a dimensão especificamente social da psicologia.

Certamente, a psique também possui uma dimensão supra-social ou, para ser mais preciso, uma dimensão sub-social de necessidades instintivas comuns a todas as formações sociais: a dimensão da sexualidade primária e da destruição. Os conflitos que têm suas raízes nessa esfera existiriam mesmo em uma sociedade livre: o ciúme, a infelicidade amorosa e a violência não podem ser simplesmente atribuídos à sociedade burguesa; eles expressam a contradição inerente à libido entre ubiquidade e exclusividade, entre realização na variação ou mudança e realização na constância. Entretanto, mesmo nessa dimensão, as manifestações dos instintos e das formas que suas satisfações tomam são amplamente determinadas socialmente. Mesmo aqui, o geral se manifesta e se desenvolve no particular; claro que, aqui, o universal não é o social ou aquilo que é social nos indivíduos, mas antes a estruturação primária dos instintos em seres humanos socialmente determinados.

Além dessa dimensão primária está o âmbito dos conflitos psíquicos (e físicos) e dos distúrbios que são de uma natureza especificamente social, determinados em suas manifestações particulares e em sua substância pelo sistema social e seus mecanismos de repressão de dessublimação. Certamente, as

dificuldades entre sexos, entre gerações e em auto-definições (crises de identidade), todas as dificuldades que estão muito em discussão no momento, pertencem a essa categoria – fenômenos que normalmente são classificados demasiadamente rápido como alienação individual. No âmbito psíquico, a sociedade e seu princípio de realidade constituem a comunalidade, aquilo que é central nos conflitos e distúrbios particulares que emergem; a terapia, então, torna-se um assunto de psicologia política: a politização da consciência e do inconsciente, e a contra-politização do superego são tarefas políticas.

A relação estrutural próxima entre esses dois âmbitos se presta à interpretação de problemas políticos importantes como problemas privados da psique. O resultado é a transferência do político à esfera privada e à esfera de seus representantes e analistas. (O uso não ortodoxo do conceito de “transferência” é legítimo no sentido de que a satisfação de impulsos reprimidos se segue a tal transferência: a repressão ou transformação dos impulsos políticos radicais da contracultura depois de seu suposto fracasso, por exemplo: nessa transformação eles assumem o caráter de desejos infantis).

A intuição de que a “Psicologia profunda” [*Depth Psychology*] é decisiva no conceito do capitalismo monopolista avançado tem sido muito importante para a Nova Esquerda. A Nova Esquerda compreende a natureza da integração nessa sociedade como um mecanismo que depende primariamente da internalização dos controles sociais pelos indivíduos, que aprendem então a reproduzir o sistema existente e sua própria dominação. A reprodução social, em outras palavras, é garantida em larga medida pela manipulação sistemática das necessidades libidinais e satisfações: pela comercialização da sexualidade (dessublimação repressiva) e descarga da agressão primária, não apenas em guerras imperialistas (o massacre de My Lai etc.), mas também na criminalidade crescente e na

brutalidade do dia-a-dia. Como terapia política e educação, portanto, a psicologia não-conformista serve à psique politizada. A privatização e a mercantilização conformista da psicologia são crescentemente confrontadas com tentativas de uma terapia radical: a articulação da repressão social ainda ativa nos níveis mais profundos da existência individual.

Voltemos à Nova Esquerda. Apesar de tudo, acredito que é errado falar em seu “fracasso”. Como procurei mostrar, o movimento funda-se na estrutura do próprio capitalismo avançado. O movimento pode recuar para se renovar; ele também pode, entretanto, tornar-se vítima de uma onda neofascista de repressão.

Por tudo isso, há indicações de que a “mensagem” da Nova Esquerda tenha se difundido e tenha sido ouvida além de suas próprias esferas. Há, é claro, razões para isso. A estabilidade do capitalismo tem sido abalada, mesmo em escala internacional; o sistema expõe mais e mais sua destrutividade e irracionalidade inerentes. É deste ponto que crescem protestos e se espalham, mesmo que de uma forma largamente desorganizada, difusa, desconectada e ainda sem nenhuma evidência de objetivos socialistas à primeira vista. Entre os trabalhadores, o protesto se expressa na forma de greves selvagens, absenteísmo e sabotagem secreta, ou aparece em levantes contra a liderança sindical; aparece também nas lutas das minorias sociais oprimidas e finalmente no movimento de liberação das mulheres. É óbvio que há uma desintegração geral da moral dos trabalhadores, uma desconfiança dos valores básicos da sociedade capitalista e sua moralidade hipócrita; o colapso geral da confiança nas prioridades e hierarquias estabelecidas pelo capitalismo é visível.

Há uma explicação muito plausível para o fato de que a insatisfação social profundamente arraigada que tentei indicar permanece, apesar de tudo, desarticulada, desorganizada e limitada a

pequenos grupos. Infelizmente, a grande massa da população iguala todas as alternativas socialistas ao comunismo soviético ou a um vago utopismo. Obviamente, existe um medo generalizado de uma possível mudança tão radical na sociedade que poderia transformar fundamentalmente modos de vida tradicionais, poderia minar a moralidade puritana agora centenária e acabar com a alienação em nossas vidas. Essas são condições que há muito foram aceitas ou forçadas sobre as pessoas; fomos ensinados que o trabalho penoso e a opressão ao longo da vida são imutáveis, que eles são, na verdade, nada menos do que a lei religiosa. A subjugação a uma máquina de produção em constante expansão tem sido vista como pré-condição para o progresso.

É possível que essa opressão tenha sido realmente necessária por um tempo para superar a luta contra a carência econômica, para acelerar a força de trabalho e a dominação da natureza; de fato, o progresso técnico levou a uma enorme ascensão no desenvolvimento dos meios de produção e na crescente acumulação de riqueza social. Por outro lado, no entanto, essas conquistas foram usadas em modos cada vez mais brutais de perpetuar a escassez, para manter a opressão, para violar a natureza e manipular as necessidades humanas – tudo isso com o único objetivo de perpetuar o modo de produção predominante e a hierarquia social existente ou expandir sua base.

Certamente hoje é muito claro de que os triunfos do capitalismo não podem continuar nesse quadro repressivo: o sistema pode agora se desenvolver apenas se destruir os meios de produção, até mesmo a própria vida humana, em uma escala internacional. É verdade que o capitalismo elevou sua própria negação a um princípio. Contra esse pano de fundo, a significância histórica da Nova Esquerda torna-se muito mais clara. Os anos 1960 marcam um ponto de mudança no desenvolvimento do capitalismo (possivelmente também no

desenvolvimento do socialismo); e foi a Nova Esquerda que colocou uma dimensão abrangente, esquecida e suprimida da mudança social radical na agenda; foi a Nova Esquerda quem inscreveu em suas bandeiras – mesmo de forma caótica e um tanto imatura – a ideia de uma revolução no século XX que seria específica de seu tempo e distinta de todas as revoluções precedentes. Essa revolução seria apropriada às condições criadas pelo capitalismo tardio. Seus portadores seriam uma classe trabalhadora expandida, com uma existência social e uma consciência distintas, uma classe trabalhadora expandida que incluiria grandes segmentos da classe média outrora independente e da intelectualidade. Essa revolução encontraria seu ímpeto e origens não tanto na miséria econômica, mas na revolta contra as necessidades e prazeres impostos, revolta contra a miséria e a insanidade da sociedade afluyente. Certamente, a sociedade capitalista tardia também reproduz a pauperização econômica e as formas mais cruéis de exploração, e, no entanto, é claro que as forças de mudança radical nos países capitalistas altamente desenvolvidos não são recrutadas principalmente no “proletariado”, e que suas demandas são orientadas em direção a formas de vida e necessidades qualitativamente diferentes.

A Nova Esquerda *totalizou* a rebelião contra a ordem existente em suas demandas e em sua luta; ela mudou a consciência de amplos setores da população; ela mostrou que a vida sem o trabalho improdutivo e sem sentido é uma possibilidade, uma vida sem medo, sem a “ética puritana do trabalho” (que, por um longo período, não foi de modo algum uma ética do trabalho, mas uma ética da opressão), uma vida sem brutalidade e hipocrisia recompensadas, uma vida finalmente destituída da beleza artificial e da deformidade atual do sistema capitalista. Em outras palavras, a Nova Esquerda tornou concreto aquilo que há muito tempo é conhecimento abstrato com sua

afirmação de que “mudar o mundo” não significa substituir um sistema de dominação por outro, mas sim um salto para um nível qualitativamente novo de civilização onde os seres humanos podem desenvolver suas próprias necessidades e potencialidades em solidariedade uns com os outros.

Como então a Nova Esquerda deveria se preparar para uma tal transformação radical? (Dadas as limitações do espaço, não posso realmente abordar o problema da organização aqui, mas me limitarei necessariamente a algumas observações preliminares e gerais).

Em primeiro lugar, temos que ser muito claros sobre o fato de que vivemos em uma época de contrarrevolução preventiva. O capitalismo está preparado tanto para a guerra civil quanto para a guerra imperialista. Devido à maquinaria global de controle do capitalismo, a Nova Esquerda – isolada da massa conservadora da população – é deixada por enquanto com a estratégia mínima da frente única: a cooperação de estudantes, trabalhadores militantes e liberais de esquerda (mesmo pessoas e grupos não políticos). Uma frente unida enfrenta a tarefa de organizar protestos contra certos atos de agressão e repressão especialmente brutais do regime. Em geral, a integração prevalente parece impedir a formação de partidos de massa radicais, pelo menos por enquanto; a ênfase primária da organização radical seria, então, nas bases locais e regionais (nas fábricas, escritórios, universidades, complexos habitacionais); a tarefa incluiria a articulação do protesto e a mobilização para ações concretas. A organização radical não se preocuparia em organizar ações para a transição para o socialismo; nada prejudicou mais os grupos marxistas da Nova Esquerda do que sua linguagem de propaganda reificada e ritualizada que pressupõe a existência precisamente dessa consciência revolucionária que deveria estar se auto desenvolvendo. A transição para o socialismo não está agora na

agenda; a contrarrevolução é dominante. Nestas circunstâncias, uma luta contra as piores tendências torna-se o ponto focal. O capitalismo se expõe diariamente em ações e fatos que podem servir aos objetivos do protesto organizado e da educação política: a preparação de novas guerras e intervenções, assassinatos políticos e tentativas de assassinato, violações brutais dos direitos civis, racismo, exploração intensificada da força de trabalho. A luta emergirá primeiro nas formas democráticas burguesas (a eleição e apoio de políticos liberais, a distribuição de informação suprimida, o protesto contra a poluição ambiental, boicotes, etc.). Demandas e ações que foram legitimamente condenadas em outras situações como política reformista, economicista, liberal-burguesa podem ter uma importância positiva neste momento: o capitalismo tardio possui um limiar menor de tolerância.

A expansão das forças potenciais da revolução corresponde à totalização do próprio potencial revolucionário. Indiquei que, em sua fase heróica, a Nova Esquerda foi permeada pela convicção de que a revolução do século XX avançaria em dimensões que deixam para trás tudo o que conhecemos das revoluções anteriores. Por um lado, ela mobilizará “grupos marginais” e setores sociais que ainda não foram politizados; por outro lado, esta revolução será mais que uma revolução econômica e política; será acima de tudo cultural. A necessidade vital de revolucionar os valores que caracterizaram a sociedade de classes está articulada nesse novo tipo de revolução.

Nesse contexto, o movimento de libertação das mulheres poderia tornar-se a “terceira força” da revolução. É claro que as mulheres não constituem uma “classe” separada; elas pertencem a todos os setores e classes sociais, e a oposição dos sexos é mais biológica do que baseada na classe; ao mesmo tempo, é claro, essa oposição se desdobra dentro de um contexto sócio-histórico.

A história da civilização é a história do patriarcado e da dominação masculina. O desenvolvimento das mulheres foi determinado e limitado apenas pelas exigências dos proprietários de escravos, das sociedades feudal e burguesa, mas também e igualmente por necessidades especificamente masculinas.

É claro que a dicotomia macho-fêmea se transformou na oposição masculino-feminino. Ao mesmo tempo que as mulheres estavam sendo integradas em uma escala cada vez maior no processo de produção material como objetos de exploração e representantes do trabalho abstrato (igualdade desigual de exploração), ainda se esperava que elas incorporassem todas as qualidades de pacificação, humanidade e um auto-sacrifício que não pode se desenvolver no mundo do trabalho capitalista sem minar sua base repressiva, especificamente o funcionamento dos relacionamentos humanos de acordo com as leis da produção de mercadorias. Por essa razão, os domínios e a “aura” particular do feminino foram estritamente separados da esfera da produção: “feminilidade” tornou-se uma qualidade validada apenas dentro das quatro paredes da residência privada e na esfera sexual. Naturalmente, mesmo esse setor privado permaneceu parte da estrutura da dominação masculina. Essa divisão e alocação de recursos humanos foi completamente institucionalizada e reproduzida de geração em geração. É claro que essas condições sociais antagônicas assumiram a aparência de uma oposição “natural”: a oposição entre qualidades inatas como base para uma hierarquia supostamente natural, a dominação do masculino sobre o feminino.

Estamos num momento da história em que a agressividade e a brutalidade da sociedade dominada pelos homens alcançaram um ponto alto destrutivo, que não pode ser compensado pelo desenvolvimento dos meios de produção e pela dominação racional da natureza. A revolta das mulheres contra os papéis que lhes são

impostos toma necessariamente a forma de uma negação no contexto da sociedade existente: é a luta contra a dominação masculina travada em todos os níveis da cultura material e intelectual.

A negação é, claro, ainda abstrata e incompleta nesse ponto; é, de fato, um primeiro e essencial passo para a libertação; não é de modo algum a própria libertação. Se o impulso emancipatório permanecesse nesse nível, o potencial radical desse movimento para a construção de uma sociedade socialista alternativa seria suprimido – no final, o movimento teria alcançado nada mais que igualdade de dominação.

O próprio sistema só mudaria quando a oposição das mulheres ao patriarcado se tornasse efetiva com base na sociedade: na organização do processo de produção, na natureza do trabalho e na transformação das necessidades. A orientação da produção para a receptividade, para o aproveitamento dos frutos do trabalho, para uma emancipação dos sentidos, para a pacificação da sociedade e da natureza, removeria os fundamentos da agressão masculina em sua forma mais repressiva e mais lucrativa, ou seja, na reprodução do capitalismo. O que tem sido considerado a antítese *feminina* das qualidades masculinas no patriarcado, na realidade uma alternativa social e histórica reprimida, seria a alternativa socialista: o fim da produtividade destrutiva e auto-aceleradora, a fim de criar as condições sob as quais as pessoas são capazes de usufruir sua sensualidade e seu intelecto, e confiar em suas emoções.

Isso seria um “socialismo feminino”? Acho que a expressão é enganosa. Em última análise, uma revolução social que elimina a dominação masculina acabaria com a alocação de características especificamente femininas à mulher como mulher, traria essas qualidades a todos os setores da sociedade e as desenvolveria no trabalho, bem como nas esferas do tempo livre. Nesse caso, a

emancipação das mulheres também seria a emancipação dos homens – certamente uma necessidade para ambos.

Nesse estágio do capitalismo, a espiral cada vez mais frenética de progresso e destruição, dominação e subjugação só pode chegar a um fim se a esquerda radical conseguir manter abertas essas novas dimensões de mudança social, articulando e mobilizando a necessidade vital de um diferente modo de vida em sentido qualitativo. Podemos discernir os primórdios de uma estratégia e organização que reflitam essas necessidades – o início de uma linguagem adequada a essas tarefas, que tente se libertar da reificação e da ritualização. A Nova Esquerda não falhou; o fracasso caracteriza aqueles que fugiram da política.

A Nova Esquerda corre o risco – como a esquerda em geral – de ser vítima das tendências reacionárias e agressivas do capitalismo tardio. Essas tendências se tornam maiores à medida que a crise se espalha e força o sistema a buscar uma saída através da guerra e da supressão da oposição. A necessidade do socialismo é confrontada com a do fascismo mais uma vez. A alternativa clássica “socialismo ou barbárie” é hoje mais urgente do que nunca.

Texto original: MARCUSE, Herbert. “The Failure of the New Left?”. *New German Critique* 18, 1979, p. 3-11.

Tradução para a língua portuguesa publicada com a permissão de Peter Marcuse, executor do *Literary Estate of Herbert Marcuse*, que detém todos os direitos para futuras publicações.

Materiais suplementares de trabalhos anteriormente não publicados de Herbert Marcuse, muitos dos quais se encontram na biblioteca da Universidade Johann Wolfgang Goethe de Frankfurt/Main, foram publicados pela editora Routledge (Inglaterra) em uma série de seis volumes editada por Douglas Kellner, e pela editora zu Klampen (Alemanha) em uma série editada por Peter-Erwin Jansen.